

**Os sessenta anos de *Formação econômica do Brasil*:
pensamento, história e historiografia**

**The sixty years of *Formação econômica do Brasil*:
*thought, history and historiography***

Rômulo Felipe Manzatto¹
Alexandre Macchione Saes²

Resumo: O presente artigo aproveita a comemoração dos sessenta anos de *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, para examinar aspectos da difusão do livro no pensamento econômico brasileiro e internacional, assim como suas repercussões nos movimentos da historiografia e na própria história. O artigo faz breve reconstituição do contexto intelectual imediato em que a obra é produzida, para então analisar como o livro de Furtado foi recebido por interlocutores diversos em diferentes épocas e lugares.

Palavras-chave: Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil. Pensamento Econômico Brasileiro.

Abstract: This article uses the sixtieth anniversary of Celso Furtado's *Formação econômica do Brasil* to examine some aspects of the book's diffusion in Brazilian and international economic thought, as well as its repercussions on the movements of historiography and history itself. The article makes a brief reconstitution of the immediate intellectual context in which the work was produced and then analyzes how Furtado's book was received by different interlocutors at different times and places.

Keywords: Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil. Brazilian Economic Thought.

Área ANPEC: História do Pensamento Econômico

Código JEL: B31, B52, N01

¹ Economista – FEA/USP e Mestre em Ciência Política – FFLCH/USP.

² Professor do Departamento de Economia – FEA/USP.

Os sessenta anos de *Formação econômica do Brasil*: pensamento, história e historiografia

No curto capítulo de introdução de *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado opta por definir sua obra como “tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira”. Seria um livro escrito com a intenção de constituir um texto introdutório, algo acessível ao leitor sem formação técnica em economia que tivesse o desejo de entrar em contato com os problemas econômicos de seu país, completa Furtado. É possível que o autor não tivesse realmente previsto os efeitos que o livro iria causar, ou mesmo, que tenha sido excessivamente modesto. O fato é que desde 1959, ano de sua primeira edição, *Formação econômica do Brasil* se estabeleceu como uma das mais importantes obras intelectuais do país. De lá para cá, o livro teve 34 edições, foi traduzido para nove línguas, tendo vendido mais de 350 mil cópias somente no Brasil, números de um verdadeiro *best-seller*.³

O sucesso da obra nas últimas seis décadas é também uma das principais dificuldades para seu estudo na atualidade. Afinal, as novidades que o olhar de Furtado revelou na história econômica e social do Brasil já foram devidamente incorporadas ao cotidiano de ensino e pesquisa de diferentes campos de conhecimento. Da mesma maneira, boa parte das hipóteses criativas e verdadeiramente originais com que Celso Furtado se saiu para explicar a dinâmica da história econômica de seu país parecem ter sido já devidamente “rotinizadas” pela miríade de trabalhos posteriores que lhe prestaram referência.

Em outra orientação, a influência de *Formação econômica do Brasil* é particularmente presente na cultura de ensino superior no país. De fato, No capítulo introdutório de *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado afirma que o livro foi pensado especialmente para uso de “estudantes de ciências sociais, das faculdades de economia e filosofia em particular”. Sugere também que a obra, que chama de um “simples esboço”, propunha um leque de temas que “poderia servir de base a um curso introdutório ao estudo da economia brasileira”. Nesse ponto em particular, o livro foi especialmente bem-sucedido. Pode-se mesmo dizer que a perspectiva de Celso Furtado ainda é a via principal pela qual os jovens economistas em formação tomam contato com as questões fundamentais da história econômica e social do Brasil, como constata recente pesquisa realizada junto a cursos de graduação em economia de todo o país.⁴

Nesse sentido, o presente artigo pretende analisar a obra que em 2019 completou sessenta anos de publicação, compreendendo como diferentes gerações leram e debateram o trabalho mais conhecido de Celso Furtado, provavelmente o economista brasileiro mais influente das últimas décadas. Nascida no calor do debate sobre os rumos da economia brasileira de fins da década de 1950, a obra de Furtado cumpriu também com um papel central na formulação de problemas de pesquisa para as gerações seguintes de historiadores e economistas. Recuperar *Formação econômica do Brasil* nos seus sessenta anos é, além de uma homenagem a um dos livros decisivos na formação de intelectuais e pesquisadores brasileiros das últimas décadas, também uma indagação quanto à capacidade da obra de responder aos desafios recentes.

³ Os dados são apresentados por Rosa D’Aguiar Furtado e constam da edição comemorativa dos 50 anos do livro (D’AGUIAR FURTADO, 2009).

⁴ A pesquisa em questão pedia aos professores responsáveis pelas disciplinas de história econômica do Brasil para que citassem as referências que consideravam centrais no programa de seus cursos ministrados para alunos de graduação (SAES, MANZATTO e SOUSA, 2015). Diferente do que poderia se imaginar, o livro mais citado não foi algum recente manual organizado sobre o tema, tampouco alguma atual pesquisa abrangente sobre a história econômica brasileira. Pelo contrário, a obra mais mencionada por professores de diferentes partes do país foi justamente *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado.

Formação econômica do Brasil, os livros de “formação” e a CEPAL

No capítulo de introdução de *Formação econômica do Brasil*, Furtado procura justificar a omissão quase total da bibliografia histórica brasileira de sua obra. Fato que o economista atribui ao caráter específico de seu estudo “que é simplesmente a análise dos processos econômicos, e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos” (FURTADO, [1959] 2007, p. 22). Omissão que fica mais evidente quando posta em números. De fato, das 75 referências que constam no índice onomástico do livro, somente 13 remetem a trabalhos realizados em língua portuguesa. Número que ainda inclui a citação de alguns textos anteriores escritos pelo próprio Furtado, bem como compêndios de dados consultados ou fontes de informações factuais (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 208).

Ocorre que, mesmo que o livro praticamente omita essa bibliografia, *Formação econômica do Brasil* não deixa de ocupar, em sentido mais amplo, um lugar de destaque na reflexão crítica sobre o Brasil realizada no século XX. Mais do que isso, já o termo “formação” inscreve o livro de Furtado em um gênero específico de obras de investigação social, bastante influentes a partir da primeira metade do século XX no Brasil.⁵ São exemplos importantes: *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido, *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr., *Formação histórica do Brasil* (1962), de Nelson Werneck Sodré e *Formação política do Brasil* (1967), de Paula Beiguelman. Outros casos são menos explícitos, mas carregam uma mesma ordem de preocupações. Estão nesse grupo *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, cujo subtítulo era “Formação da família patriarcal brasileira”. Da mesma forma que *Os donos do poder* (1959), de Raymundo Faoro alude à “formação do patronato brasileiro”. Ainda nessa orientação, *Raízes do Brasil* (1933), de Sérgio Buarque de Holanda é inspirado por uma problemática semelhante. Também *História econômica do Brasil* (1937), de Roberto Simonsen tem como preocupação central a formação da indústria brasileira.

São obras que, de diferentes maneiras, procuram os caminhos que poderiam ser trilhados pelo país no futuro. Para isso, identificam o passado colonial, próprio de um país colonizado, como um obstáculo a ser superado. Tratava-se de reconhecer os problemas legados pela “má-formação” da sociedade brasileira, para então propor soluções e esquemas de superação no que cada um desses autores irá enfatizar aspectos diferentes do passado, assim como propor direções diversas para o futuro.

Não custa apontar que o momento de origem das “interpretações do Brasil”, na década de 1930, coincide com a época que Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, considera ter havido um *deslocamento do centro dinâmico* da economia brasileira: a partir de então, o país deixava de depender exclusivamente dos influxos do mercado mundial, para agora adquirir um dinamismo interno próprio, capaz de impulsionar seu próprio crescimento. Assim como na economia, por analogia, esse talvez fosse o momento em que se aceleraria o processo de *substituição cultural de importações*, isso é, momento em que o pensamento local, agora seria capaz de incorporar por iniciativa própria as referências externas, cuidando de lhes dar um novo dinamismo, voltado para interpretação de sua realidade mais imediata.⁶ O uso dessa analogia para pensar o sentido da produção intelectual aqui sugerida é provavelmente um veio ainda

⁵ Algumas das ideias aqui desenvolvidas foram expostas na mesa-redonda “A atualidade dos clássicos: o cenário socioeconômico brasileiro”, promovida pelo Instituto Federal de São Paulo - Campus São Paulo, no dia 11 de março de 2019. Sobre a leitura de *Formação econômica do Brasil* como representante de um quase-gênero, ver: Paulo Arantes (1997) e Bernardo Ricupero (2005).

⁶ A analogia da “substituição cultural de importações” remete à interpretação de Gildo Marçal Brandão, empregada em sentido “superestrutural”, “compreendendo a destilação de teorias, conceitos, ideologias, problemáticas intelectuais enfim que vão sendo compartilhadas, de um conjunto de problemas e soluções teóricas, de tal modo que ao longo do tempo se vai formando uma tradição, um processo pelo qual o ‘mercado interno de idéias’ acaba por funcionar como um filtro, selecionando por mil ensaios e erros o que absorver, transformar ou rejeitar do mercado de idéias mundial.” (BRANDÃO, 2005, p. 264).

pouco explorado das consequências do *deslocamento do centro dinâmico*, como pensado por Celso Furtado.

Voltando ao curto capítulo introdutório, outra omissão parece ser digna de nota. Furtado não cita a influência decisiva da Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL, no livro que acabava de publicar. Sabe-se que ainda no final da década de 1940, o economista juntou-se à pioneira equipe de pesquisadores da CEPAL, onde permaneceu por uma década, tornando-se mesmo seu diretor de desenvolvimento econômico.

Anos depois, ao escrever sua obra autobiográfica, Furtado reconheceria o impacto de sua experiência na CEPAL ao longo da década de 1950. Na Comissão, o economista brasileiro não só aprofundou seu enfoque comparativo das economias latino-americanas, como tomou maior consciência do lugar que sua região ocupava no mundo. Nesse esforço, reconheceu que aspectos da economia brasileira que antes lhe escapavam, surgiam com nitidez quando contrastados com as outras formações econômicas da região. Ao aprofundar suas pesquisas, percebeu a dimensão da pobreza e do atraso econômico do Brasil quando comparado a seus vizinhos (FURTADO, 2014, p. 61-62).

Assim, *Formação econômica do Brasil* é não só um produto da teorização cepalina realizada naquela década, como também uma de suas principais obras. Ricardo Bielschowsky chega mesmo a atribuir ao livro de Furtado o *status* de “obra-prima do estruturalismo latino-americano” (BIELCHOWSKY, 1989).

A obra de Furtado deve muito aos princípios norteadores do que viria a ser a forma cepalina de pensar o desenvolvimento econômico, lançados por Raúl Prebisch em seus primeiros anos à frente da CEPAL. Ocorre que as premissas mais amplas de Prebisch, só seriam historicamente justificadas para o conjunto das principais economias da América Latina nos anos seguintes.

Esse esforço intelectual se deu a partir de obras como *Chile: un Caso de Desarrollo Frustrado* (1956), de Aníbal Pinto, *Formação econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado e *La Economía Argentina* (1963), de Aldo Ferrer (BIELCHOWSKY, 2000, p. 20-22). Nos três casos, o que se viu foram aplicações do método *histórico-estrutural*, próprio da CEPAL, à análise de longo prazo das trajetórias de desenvolvimento dos países da região. Sendo Celso Furtado “o intelectual mais dedicado a cobrir a análise cepalina com legitimação histórica” (BIELCHOWSKY, 2000, p. 22), e também o responsável pela obra de maior fôlego realizada pela Comissão. Estão presentes em *Formação econômica do Brasil*, assim como estavam no trabalho pioneiro de Prebisch, os quatro traços analíticos comuns à produção cepalina identificados por Ricardo Bielschowsky: o enfoque histórico-estrutural, a análise da inserção internacional, a análise dos condicionantes internos e a análise das necessidades e possibilidades de ação estatal (BIELCHOWSKY, 1989, p. 17).

Assim, o impacto maior de *Formação econômica do Brasil* parece vir do fato de que, enquanto procurava explicar o Brasil aos brasileiros, também dava concretude e caráter histórico às ideias que a CEPAL vinha articulando. O movimento era duplo: a análise histórica de Furtado conferia sentido à formação da economia brasileira, enquanto a trajetória do desenvolvimento brasileiro justificava e legitimava a análise da CEPAL, dotando-a de conteúdo histórico. Nenhuma dessas ausências ou polêmicas diminui a obra de Furtado. Pelo contrário, fazem parte dos casos e curiosidades que rondam praticamente todos os livros que adquirem o *status* de clássicos. Em alguns casos, podem mesmo trazer alguns benefícios, servindo como estímulo para a descoberta de novas facetas de *Formação econômica do Brasil* e de outros aspectos do pensamento de Celso Furtado.⁷

⁷ Como exemplo de efeitos não-intencionais bem-sucedidos, há a polêmica não citação das obras do escritor Caio Prado Jr. por Furtado, que motivou Tamás Szmerécsanyi a investigar os antecedentes de *Formação econômica do Brasil* à procura dos sinais do pensamento de Caio Prado Jr. Nessa busca, o pesquisador se deparou com o texto da tese de doutorado de Celso Furtado, depositado na biblioteca da Universidade de Paris, que nunca havia sido publicado. Desse esforço de investigação resultou a publicação de *A economia colonial do*

O fato é que *Formação econômica do Brasil*, assim como o pensamento de Celso Furtado, adquiriu lugar central no debate econômico e social brasileiro, a ponto de Chico de Oliveira, um dos principais intérpretes do pensamento do economista, considerar que “ninguém, nestes anos, pensou o Brasil a não ser nos termos furtadianos” (OLIVEIRA, 2003, p. 19). Em algum ponto, isso implica reconhecer a “angústia da influência”⁸ que perpassa a repercussão da obra de Furtado, uma vez que, com motivações das mais diversas, diferentes autores em diferentes épocas reportaram-se à obra de Furtado. Aderindo ou não às teses ali defendidas, acabaram por atestar sua influência, e mesmo por garantir sua longa sobrevivência como obra fundamental.

A recepção de um clássico: *Formação econômica do Brasil*, 1959-70

Lançada em janeiro de 1959, os cinco mil exemplares da primeira tiragem de *Formação econômica do Brasil* se esgotaram em apenas cinco meses. Já a terceira edição de 1960 viria com uma tiragem de dez mil exemplares. Números de um verdadeiro *best-seller*, atestando o sucesso editorial da obra, que em 1959 só vendia menos que os romances *Gabriela, cravo e canela* de Jorge Amado e *A imaginária* de Adalgisa Nery. Entre os anos 1960 e 1970, *Formação econômica do Brasil* receberia sua tradução para sete línguas: espanhol (1962), inglês (1963), polonês (1967), italiano (1970), japonês (1972) e alemão (1975) (D’AGUIAR FURTADO, 2009, p.15). Em suma, a obra transformou-se em leitura quase obrigatória para os cientistas sociais brasileiros inseridos no debate sobre a história e a economia brasileira, como também uma porta de entrada para estrangeiros interessados em conhecer aspectos de um país que ganhava maior importância no cenário internacional.

A rápida disseminação da obra de Celso Furtado pode ser compreendida tanto pela qualidade discursiva do autor, que em um livro sintético percorria toda a história econômica do Brasil, como pela demanda presente em parte da sociedade que buscava um ensaio que sistematizasse uma interpretação histórica e econômica sobre o país (SÁ EARP, 2009, p.285). *Formação econômica do Brasil* apresentava uma leitura cevalina da economia brasileira; uma narrativa sistemática de história econômica que, não menos engajada, se distanciava das abordagens marxistas por um lado;⁹ e da ortodoxia de matriz liberal por outro. Finalmente, o livro construía um modelo da formação econômica do país, indicando um percurso bastante claro para a industrialização e para a superação do subdesenvolvimento brasileiro.

A edição comemorativa de 50 anos de *Formação econômica do Brasil*, publicada em 2009 e organizada por Rosa Freire D’Aguiar Furtado, reúne uma fortuna crítica composta por resenhas e apresentações do livro que nos dá a chance de comparar as recepções da obra de Furtado em diferentes épocas, em diferentes países e por diferentes estilos de pensamento. A edição apresenta quatro resenhas publicadas logo em 1959, outros sete textos publicados sobre a obra até meados dos anos 1960 e outros seis publicados nos dez anos seguintes. De maneira geral são resenhas de autores brasileiros que avaliam a obra de Furtado dentro da historiografia nacional e prefácios e apresentações realizadas por autores estrangeiros que estiveram envolvidos com a tradução de *Formação econômica do Brasil* a partir de 1962.¹⁰ Evidentemente não seria possível esgotar o estoque de textos que analisam ou repercutem *Formação econômica do Brasil*. O que se pode fazer, é selecionar um conjunto de textos fundamentais – com as possíveis injustiças que

Brasil nos séculos XVI e XVII (FURTADO, [1948] 2001). Sobre as questões que envolveram a saída de Furtado da CEPAL, ver: Fonseca e Salomão (2018).

⁸ Para a ideia de angústia da influência em relação a obra de Celso Furtado, ver: Rego (2001).

⁹ Iglesias afirma que Furtado era o primeiro economista popular que mantinha tom técnico e não político em sua obra (IGLESIAS, 2009 [1963], p.416).

¹⁰ Somam-se a esse trabalho os textos de apresentação de volumes organizados em datas comemorativas da trajetória de Furtado, que muitas vezes reúnem textos específicos a respeito de *Formação econômica do Brasil*. Esses textos posteriores à década de 1970 serão analisados na próxima seção.

toda seleção desse tipo comete -, permitindo apreender os movimentos mais amplos da bibliografia quando refletidos no “espelho” de *Formação econômica do Brasil*.¹¹

É possível que, quando lidos em conjunto e já com o afastado dos anos, esses escritos acabem por falar de seu próprio contexto, nos trazendo, mesmo que sem essa intenção, um balanço dos temas e preocupações de cada época. Em sua resenha sobre a edição comemorativa de *Formação econômica do Brasil* de 2009, Roberto Pereira Silva oferece uma interessante proposta de classificação dessa fortuna crítica. Para o autor, a obra sintetizava dois movimentos relevantes do período, cujo contexto era marcado pelo avanço da industrialização, da presença do Estado sob o signo do planejamento econômico, mas ao mesmo tempo ainda preservava significativas especificidades históricas: assim, de um lado o livro destaca essa valorização do saber técnico presente nos discursos da economia, da administração pública e da engenharia, enquanto, por outro lado, não descarta a importância do passado na compreensão do presente. Nessa conjuntura, enquanto autores nacionais inseriram *Formação econômica do Brasil* como obra clássica da historiografia brasileira, no exterior o livro passou a ser compreendido como uma das mais importantes obras da teoria do desenvolvimento (SILVA, 2011).

Entre as resenhas produzidas no Brasil, que inseriram *Formação econômica do Brasil* na historiografia brasileira, se destacam os questionamentos presentes nas primeiras análises da obra. Certamente a forma do texto de Celso Furtado surpreendeu consideravelmente seus primeiros críticos. Como classificaram Fernando Novais e Rogério Forastieri, diferentemente da narrativa de história econômica de Caio Prado Jr., presente nas obras *Formação do Brasil contemporânea* de 1942 e *História econômica do Brasil* de 1945, a obra de Furtado se valia da teoria econômica para analisar o passado – com predomínio da dimensão da explicação sobre a reconstituição histórica –, produzindo o que alguns autores caracterizaram como uma obra de economia retrospectiva (NOVAIS & FORASTIERI, 2011, p. 29).

Sem o uso intensivo de fontes primárias, e inserindo a trajetória da economia brasileira numa lógica de fluxos de renda, a obra parecia flertar com o “pecado original” dos historiadores, o anacronismo. Como Furtado reiteraria décadas depois, o livro era uma coleção de hipóteses, em que os detalhes históricos são menos enfatizados para valorizar o movimento de conjunto (FURTADO, 2014, p.184).

De toda forma, para as primeiras resenhas de *Formação econômica do Brasil*, muitas delas avaliando a obra por meio de lentes do campo marxista, Furtado fracassava ao não dominar os métodos e técnicas dos historiadores, não tendo fundamentado suficientemente sua pesquisa em fontes primárias e deixando o argumento ser levado por parâmetros provenientes da teoria econômica. Nelson Werneck Sodré, por exemplo, criticava Furtado por considerar que o autor “não domina as fontes e revela mesmo desprezo por elas”. Mesmo assim, Sodré considerava a obra como leitura obrigatória, “um livro de fôlego” e “visão de conjunto”, com a ressalva de que o conhecimento histórico deveria prevalecer sobre o que considerava como a formação ortodoxa do economista (SODRÉ, 2009 [1959], p.348).¹²

A teoria econômica guiando a narrativa histórica provocou outros intensos questionamentos nas primeiras resenhas que, mesmo reconhecendo os méritos da obra, classificavam-na como economicista. Tendo sido resenhada por marxistas, os comentários ressaltam a falta dos atores sociais, das classes e do proletariado: “excessivo economicismo”, considerou Arena, com “omissão de movimentos de infraestrutura e superestrutura social” (ARENA, 2009 [1959], p.351). Paul Singer é também bastante duro em sua apreciação: reconhece o esforço do autor de recorrer ao método da ciência econômica moderna, mas afirma que o livro não consegue se

¹¹ Nesse sentido, para além das resenhas e prefácios existentes na edição comemorativa de 2009, selecionamos outras resenhas a partir de buscas por palavras chave nos repositórios Scielo e Jstor.

¹² Vale lembrar que a posição marxista no debate político e econômico da década de 1950 ainda sustentava a leitura da permanência do feudalismo no campo e da necessidade de caminhar para uma revolução brasileira de caráter burguês contra o Imperialismo (BIELSCHOWSKY, 2004, p.184).

distanciar das generalizações e abstrações da teoria econômica para compreender o processo de desenvolvimento (SINGER, 2009 [1959], p.369). Na verdade, a resenha parece expressar uma incompreensão de Singer sobre a proposição de Furtado, especialmente quando suas críticas são voltadas à análise do processo de industrialização. Afinal, é preciso considerar que a narrativa sobre a formação da indústria periférica, enfatizada em *Formação econômica do Brasil*, apresenta uma real análise histórica para contrapor a universalidade da teoria econômica.

A despojada resenha de Paulo Sá, publicada em 1959 na revista *Síntese Política, Econômica e Social*, então editada pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais da PUC-RJ, relativiza as críticas sobre o caráter do texto de Furtado. Sá, engenheiro de formação, inicia o texto por destacar em tom de piada o que considera como a presença excessiva de economistas no debate público. Para ele, seriam tantos os economistas que “tropeça-se neles em todos os grupos de rua, em todos os vãos de jornais ou de revistas, tão graves quanto efêmeras” (SÁ, 2009 [1959], p. 361). Mesmo assim, Sá reforça o coro dos que questionam a falta de “documentação original” no livro, assim como a priorização da obra para os aspectos materialmente econômicos.

Passadas as primeiras resenhas de teor mais crítico, pode-se afirmar que duas outras avaliações publicadas no início dos anos 1960 marcariam um novo olhar sobre a obra de Celso Furtado. Fernando Novais em 1961 e Francisco Iglesias em 1963 parecem extrair os elementos centrais que passariam a ser ressaltados nas interpretações posteriores de *Formação econômica do Brasil*, alçando a obra ao panteão dos clássicos da historiografia econômica brasileira.

Para Fernando Novais, o “alto nível de seu esquema explicativo e a riqueza de suas sugestões” levariam a obra a se tornar “um grande clássico”. Podemos dizer que foi Novais o primeiro a enfatizar sistematicamente a existência do fluxo de renda na compreensão das várias fases da história econômica como a estrutura organizadora do argumento da obra. Recuperando as diferenças do fluxo da renda na economia escravista colonial e daquela existente na economia cafeeira de trabalho assalariado, Novais identifica como Furtado trilha a transformação da economia para o processo de industrialização. Os dois comentários finais de Novais, não obstante, indicam o nascedouro de uma vertente crítica à interpretação de Furtado: considerando que o processo econômico deveria ser mediado por uma “convergência de fatores”, seguia os argumentos presentes em Fernando Henrique Cardoso (1960) para defender a necessidade uma análise mais ampla sobre a “instauração das condições capitalistas de produção no Brasil”. Assim, conseqüentemente, Novais também defendia a necessidade de se estudar a própria formação e desenvolvimento do capitalismo moderno, cuja obra de Fernando Novais anos mais tarde se tornaria uma das bases fundamentais de nossa historiografia econômica (NOVAIS, 2009 [1961], p.381-2).

O texto de Francisco Iglesias é provavelmente o primeiro estudo mais aprofundado publicado sobre *Formação econômica do Brasil*. Seu ensaio era o prefácio para a edição que inseria a obra como parte da Biblioteca Básica Brasileira da Universidade de Brasília, atestando que o livro de 1959 já assumia o valor de uma “obra significativa no plano da bibliografia nacional”, nas “mãos de todos os estudantes de ciências sociais” em 1963 (IGLESIAS, 2009 [1963], p.393). Iglesias consagra no prefácio uma interpretação sobre os clássicos da história econômica do Brasil. Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado tornavam-se leituras indispensáveis para o entendimento da disciplina, autores de enfoques diferentes, mas que se complementavam.¹³ Não obstante consagrar as obras dos autores como leituras indispensáveis para a história econômica, Iglesias se adiantava em ao menos dez anos para pontuar os limites para as grandes narrativas, cujos estudos monográficos ainda precisavam descortinar dimensões pouco conhecidas da economia e da sociedade brasileira, “pois há insistência entre senhores e escravos, sem que se conheça o que havia entre um e outro, quando algo deve ter havido” (IGLESIAS, 2009 [1963], p.401).

¹³ Essa leitura aparece novamente em Alice Canabrava (1972), Tamás Szmrecsanyi (2004) e Saes (2009).

No que diz respeito aos autores estrangeiros, vale aprofundar a leitura de Pereira Silva, quando observamos que parte dos textos produzidos no exterior eram apresentações das traduções de *Formação econômica do Brasil*, produzidas por economistas como Werner Baer (1974) e Ignacy Sachs (1967). Textos elaborados entre meados dos anos 1960 e 1970, numa fase em que Celso Furtado já se inseria no debate econômico internacional por conta de seu outro sucesso editorial, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961. Para esses autores, voltar-se à *Formação econômica do Brasil* era uma forma de resgatar outra valiosa contribuição do autor e de uma narrativa estruturalista que ilustrava a teoria do (sub)desenvolvimento na história brasileira. Hans Mueller, por exemplo, que publicou praticamente ao mesmo tempo suas duas resenhas das obras acima assinaladas, define Celso Furtado como “primeiro teórico moderno de economia do Brasil” (MUELLER, 2009 [1963], p.389).

Allen Lester, antes mesmo da publicação de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, já destacava o papel de Furtado como chefe da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL e como representante de uma “nova economia” que se disseminava entre os países subdesenvolvidos. Em sua avaliação, Lester repisa a engenhosidade da hipótese furtadiana da socialização das perdas e do deslocamento do centro dinâmico. Critica o que considera um uso ingênuo dos dados por parte de Furtado e destaca como principal aspecto de interesse do livro a enorme insistência política dos países subdesenvolvidos em “buscar o crescimento rápido qualquer que fosse o custo” e, “usar para esse fim, métodos considerados não ortodoxos” (LESTER, 2009 [1960], p. 377).

Lester ainda conclui sua resenha evocando uma imagem idílica do Brasil que contrapõe ao que considera a busca a todo custo pelo desenvolvimento econômico, fazendo votos para que “o som da indústria em expansão não acabe por depreciar o estimado ritmo do canto do sabiá” (LESTER, 2009 [1960], p. 378). Por mais que o equilíbrio entre industrialização e sustentabilidade ambiental seja a meta de qualquer processo de desenvolvimento econômico sustentável, esse aspecto do debate praticamente não havia sido posto nos termos de hoje. O mais provável é que Lester esteja aludindo a uma antiga imagem consolidada por observadores estrangeiros quando no Brasil ou em países tropicais em geral. Como lembra Lilia Moritz Schwarz, há uma longa tradição de artistas europeus, bem expressa pelas pinturas brasileiras de Jean Baptiste Debret e pelas fotografias locais de Hércule Florence, que se especializou em retratar nosso meio social como harmônico, ameno e pitoresco. Nessas representações, a violência da segregação frequentemente é camuflada como diversidade pacífica. A precariedade material é vendida como gosto pela simplicidade e as especificidades locais são marcadas como um exotismo ingênuo (SCHWARCZ, 2018).

Já a avaliação do historiador econômico americano Warren Dean é mais equilibrada. Escrevendo em 1965, Dean destaca as qualidades do texto, define a principal tese do livro de Furtado como a constatação de que “O Brasil não poderia experimentar um desenvolvimento econômico contínuo enquanto empregasse trabalho escravo e produzisse essencialmente para exportação” (DEAN, 2009, p. 423). Warren Dean considera particularmente interessante as formulações mais criativas do livro, a do deslocamento do centro dinâmico, ou ideia de um keynesianismo *avant la lettre* que Furtado atribui à política de queima dos estoques no Brasil de café a partir de 1929. Assim, naquela altura, Warren Dean identificava grande mérito na obra de Furtado, que via como um marco importante no desenvolvimento intelectual da América Latina e que alçava Furtado à condição de “principal porta-voz de uma escola de pensamento significativa no Brasil” (DEAN, 2009, p. 425).

Ao redigir a introdução da tradução polonesa de *Formação econômica do Brasil*, o economista Ignacy Sachs produz outras interessantes observações. De início, o economista polonês ressalta o que considera como alguns dos problemas do enfoque histórico-estrutural, especialmente em sua tendência a retroagir as categorias então atuais da análise econômica para o exame de formações pré-capitalistas. Após um rápido panorama da trajetória intelectual de

Furtado, que já detinha renome internacional em 1967, ano em que o texto é publicado, Sachs descreve o livro de Furtado como uma obra situada na junção da história econômica com a teoria do desenvolvimento. Com o mérito de focar menos nos fatos históricos específicos e mais nos “mecanismos” ou fatos repetitivos, sem perder de vista o quadro histórico mais amplo que conforma o processo de colonização no Brasil.

Especialmente interessante é a ênfase de Sachs no interesse que a obra de Furtado poderia despertar nos países de terceiro mundo. Nesse sentido, o autor da resenha considera fundamental “poder comparar as trilhas concretas percorridas por determinados países” (SACHS, 2009 [1967], p. 430). No que a obra de Furtado, agora disponível em polonês, serviria como amostra da trajetória brasileira, com inegável importância para os países do mundo não-desenvolvido.

O mexicano Víctor Urquidí, em resenha de 1962, também ressaltava o papel do livro como meio para “decifrar o Brasil” do período, que vivia um impasse frente a necessidade de “reacomodação de forças sociais e políticas”. Um livro que aplicava a análise “econômica moderna em retrospectiva histórica”, era para Urquidí um possível modelo para outros países latino-americanos que viviam os desafios das “próximas etapas do desenvolvimento” (URQUIDI, 2009 [1962], p.387). O historiador italiano Ruggiero Romano tem opinião parecida. Ao redigir o prefácio da edição italiana de *Formação Econômica do Brasil*, Romano considera que Furtado foi particularmente competente em resolver os problemas da relação entre história e economia, ao abordar seu objeto com o que de melhor a abordagem interdisciplinar podia oferecer, isso é, recorre a história para compreender a particularidade do que se está estudando e a partir daí, reconstrói por conta própria uma série de mecanismos que iluminam as relações entre passado e presente (ROMANO, 2009 [1970], p. 433-434).

Em termos gerais, nessas primeiras repercussões, historiadores, economistas e cientistas sociais dos Estados Unidos, como Warren Dean e Allen Lester e Hans Mueller, ressaltam a utilidade do livro de Celso Furtado para os que se interessassem pelos fatores de longo prazo do desenvolvimento econômico brasileiro, ou pela América Latina em geral.¹⁴ Já comentaristas como o economista polonês Ignacy Sachs, o historiador italiano Ruggiero Romano, e o economista mexicano Víctor Urquidí destacam o vivo interesse que a trajetória histórica da economia brasileira poderia despertar nos chamados países do terceiro mundo, cujas trajetórias de adaptação e acomodação ao capitalismo são também problemáticas.¹⁵

Em outra frente, as resenhas, apresentações e prefácios de *Formação econômica do Brasil* até 1970 testemunham como a obra rapidamente se tornou uma importante referência na literatura nacional e internacional. No Brasil, apesar das primeiras leituras mais críticas ao suposto economicismo de Celso Furtado, economistas e historiadores viam a leitura da obra como incontornável. Para Iglesias em 1963: “Quanto às repercussões de sua obra, consignem-se as frequentes referências de seus livros que se encontram em quase todos os estudos publicados sobre o país nos últimos anos. *Formação econômica do Brasil*, apesar de recente, já é clássico” (IGLESIAS, 2009 [1963], p.421).

¹⁴ Para Biderman et al, “Furtado é o primeiro economista brasileiro a destacar-se internacionalmente, especialmente na América Latina e na França. Seus livros no final da década de 50 estavam inseridos nos trabalhos que desenvolviam a temática do desenvolvimento econômico e, paralelamente, se preocupavam com nossas características mais específicas. Não reproduziam simplesmente os trabalhos desenvolvidos no exterior, adicionavam elementos para a análise dos nossos problemas” (BIDERMAN, 1996, p.421).

¹⁵ Quem nota algo parecido é o historiador Joseph Love, que em obra sobre as teorias do desenvolvimento surgidas na Romênia e no Brasil, comparou as muitas semelhanças entre os problemas abordados no pensamento econômico sobre o desenvolvimento surgida nas duas regiões em meados das décadas de 1950 e 1960. O mesmo historiador comenta a importância de *Formação econômica do Brasil* no conjunto da trajetória de Furtado (LOVE, 2001). Em outro sentido, tanto Allen Lester quanto Warren Dean demonstram particular interesse pelos vários trechos em que o livro de Furtado compara as trajetórias de desenvolvimento de Brasil e Estados Unidos. Esse mesmo tema foi abordado de maneira sistemática por Rui Granziera (2009).

Em síntese, a análise da recepção da obra parece atestar o impacto que ela provocou naquela geração. Conforme é possível verificar a partir dos depoimentos dos economistas selecionados para a coletânea *Conversa com economistas brasileiros*, a posição consagrada de *Formação econômica do Brasil* é reiterada de forma quase universal. A conclusão dos organizadores da coletânea afirma ser “impressionante a unanimidade de todos os entrevistados em torno da influência” de Furtado e de *Formação econômica do Brasil*. Enquanto para Maria da Conceição Tavares, “ninguém ficou imune a um Furtado”, Delfim Netto defende que *Formação econômica do Brasil*, “é uma espécie de romance, um livro extraordinário por causa da forma. Aquela interpretação integral, global, transmite uma lógica para a história que é absolutamente fantástica” (BIDERMAN *et al.* 1996, p.421). Presente nas mais diversas formações acadêmicas, elencado entre os economistas das mais diversas gerações, foi lembrado como o livro clássico da literatura econômica brasileira, que cedo alcançou os cursos universitários.¹⁶

Formação econômica do Brasil no debate historiográfico, 1970-80

Ao longo dos anos 1970, *Formação econômica do Brasil* parece sofrer um duplo movimento: o primeiro, consiste na consolidação da obra como uma espécie de cânone, entre as grandes obras interpretativas da história do Brasil. No segundo, torna-se também um tipo de roteiro básico para cursos de história econômica do Brasil. Nesse sentido, uma obra que teria nascido comprometida com o pensar a economia brasileira, parecia se deslocar para dialogar com aqueles textos que sistematizavam o passado, e não mais debatiam os projetos de presente.¹⁷ Esse movimento não foi somente resultado da forma como a obra vai sendo apropriada e difundida, mas também pela própria posição de Celso Furtado no debate nacional: como um dos principais economistas daquela geração e com uma produção intensa, seus livros ao mesmo tempo que pautavam novos temas e olhares para a conjuntura, também pareciam superar ideias deixadas em suas obras anteriores. Não que o livro tenha deixado de ser lido, pelo contrário, durante a década de 1960 ele passou a ser quase onipresente entre os currículos dos cursos de economia no país.¹⁸

Com grande capacidade de produção e de resposta ao debate nacional, Celso Furtado, nos quinze anos depois da publicação de *Formação econômica do Brasil*, já havia apresentado ao debate econômico outras tantas obras emblemáticas, tais como *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* de 1961, *A pré-revolução brasileira* de 1962, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* de 1967, *Análise do Modelo Brasileiro* de 1972 e o *Mito do desenvolvimento econômico* de 1974. Em suma, como obra voltada para o debate político dos

¹⁶ Affonso Pastore relata essa assimilação de Celso Furtado já em 1959 no curso de Economia da USP: “Alice Canabrava, de história, era incrível. Em 1959, tinha acabado de sair o livro de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, que não cita o Caio Prado. Ela deu um curso de um ano que era o seguinte: a primeira parte era a história econômica da Idade Média, com o livro de Henri Pirenne, a segunda era a história econômica dos Estados Unidos, com Hamilton, e a terceira era história econômica do Brasil, com *Formação Econômica* do Celso Furtado, *Formação do Brasil Contemporâneo* do Caio Prado e o livro do Roberto Simonsen. Ela dizia o seguinte: foi o Simonsen que fez, que levantou os dados todos. Os outros dois escreveram o livro em cima do trabalho do Simonsen, um em uma linha marxista e o outro tentando aplicar Keynes” (BIRDEMAN *et al.*, 1996, p.215). Fábio Sá Earp retrata um percurso mais longo de assimilação: “A penetração de *FEB* na universidade brasileira, até onde consegui apurar, foi lenta e bastante diferenciada no tempo”, afirmando que a primeira vez que o livro teria aparecido num programa de disciplina seria em 1965 no curso de Desenvolvimento Econômico da Faculdade Cândido Mendes (SÁ EARP, 2009, p.279).

¹⁷ Chico de Oliveira (2003) alega que a obra pautou a política econômica nos anos subsequentes, contudo, Paul Singer, já parece concordar com a ideia de que a *Formação econômica do Brasil* passava de uma obra de Economia Brasileira, para uma obra de história econômica.

¹⁸ Nesse sentido, precisamos relativizar a posição de Fábio Sá Earp (2009, p.279-280), cuja leitura nega que a FEB tivesse sido assimilada nas universidades. Como contraponto, conferir o relato dos entrevistados no livro *Conversas com Economistas*, especialmente na síntese dos organizadores (BIRDEMAN *et al.*, 1996, p.215).

rumos do país, podemos considerar que o próprio Celso Furtado foi reconstruindo seu argumento, revisando suas teses conforme a realidade econômica e política se impunha: em 1961 sistematizou sua leitura sobre a teoria do desenvolvimento; em 1962 indicava que o esforço para concluir o processo de industrialização e de transformação da sociedade exigiria significativa coordenação da sociedade; em 1967 indicava que o ciclo de crescimento da região parecia ter chegado ao fim; e, em 1972 e 1974, revia sua esperança na superação do subdesenvolvimento, considerando que o processo de desenvolvimento econômico pareceria se distanciar do campo econômico para o cultural-político, tendo sido comprometido pelo projeto conservador praticado desde 1964.

Nessa época, Celso Furtado estava estabelecido já há alguns anos na França, mais especificamente como professor na Universidade de Paris-I e no instituto de Altos Estudos da América Latina. A ponto de em 1971, o historiador francês Frédéric Mauro considerar que já não havia necessidade de “apresentar ao leitor francês a personalidade de Celso Furtado” (MAURO, 2009 [1972], p. 446). Essa consideração é feita por Mauro logo na abertura escrita pelo historiador para a edição francesa de *Formação econômica do Brasil*, publicada no país naquele mesmo ano. Para Frédéric Mauro, a leitura retrospectiva da história brasileira parece não causar o mesmo desconforto que aos primeiros comentadores. Não caberia apontar o suposto pecado do anacronismo na obra de Furtado, afinal, “a história econômica é, em primeiro lugar, uma teoria econômica do passado”. Justamente por isso, ao descrever a “dinâmica econômica do passado brasileiro, Furtado faz história econômica do Brasil” (MAURO, 2009 [1972], p. 447).

Nos comentários seguintes, Mauro parece mesmo antecipar o movimento posterior da historiografia brasileira em relação à *Formação Econômica do Brasil*, afirmando que, por tratar-se de obra de síntese, seria necessário “retomar cada um de seus capítulos e, com a ajuda das monografias existentes e das novas pesquisas de arquivos, fazer livros sobre eles” (MAURO, 2009 [1972], p. 447), o que naturalmente faria com que muitos pontos de vista fossem matizados ou modificados, acreditava. O historiador francês cita também o uso de *Formação econômica do Brasil* nos cursos de licenciatura em que lecionava, mostrando que o interesse pela obra era ainda bastante vivo em diferentes partes do mundo.

No Brasil, os cursos de história econômica logo se apropriaram de *Formação econômica do Brasil*, quase como um manual, tanto pela carência de obras tão sintéticas, como pela força de seu argumento teórico para a literatura econômica. No âmbito do ensino acadêmico a obra de Furtado já havia se tornado a espinha dorsal de cursos de história econômica, que inclusive incorporavam o título da obra em sua ementa. Cursos antes dedicados à “história econômica do Brasil”, agora passavam a se denominar como cursos de “formação econômica do Brasil”. Já na esfera da pesquisa acadêmica, os argumentos da obra de Furtado passaram a pautar uma série de temas de pesquisa nas décadas seguintes. É o que assinala Werner Baer em 1974 em comentário sobre a obra que já estava em sua 11ª edição. Para Baer, dificilmente leitores de *Formação econômica do Brasil* teriam lido a obra completa uma segunda vez, pois “alguns especialistas retornaram, obviamente, a seções específicas do livro, tentando provar ou refutar certas generalizações de Furtado” (BAER, 2009 [1974], p.455).

Ao mesmo tempo que se estabelecia como obra de referências nos cursos de graduação, *Formação econômica do Brasil* passou a ser um instigante ponto de partida para as pesquisas de jovens pesquisadores, que cresceriam substancialmente com a institucionalização dos programas de pós-graduação no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Partindo da obra de Furtado, de suas proposições mais gerais sobre os grandes movimentos da economia brasileira, uma significativa quantidade de pesquisas monográficas passariam a ser elaboradas no sentido de testar as teses e hipóteses ali presentes.

As três primeiras partes da obra, que representam basicamente metade de todo o livro, são dedicadas ao período colonial. Como lembra Katia Mattoso (2009 [1998], p.473), essas partes reproduziam significativamente os argumentos presentes na tese de doutorado de Furtado,

L'économie coloniale brésilienne, defendida na Sorbonne em 1948. Para não sermos exaustivos, lembramos de dois temas que lançados a partir da obra de 1959 geraram relevantes debates nas décadas seguintes: aqui tratamos da estrutura produtiva açucareira colonial e da decadência da economia mineira de fins do século XVIII.¹⁹

Para a primeira temática, da estrutura da economia açucareira colonial, a ideia força de Celso Furtado era a de demonstrar como essa foi uma produção significativamente rentável para a expansão da economia colonial, mas ao mesmo tempo em que a renda gerada acabava sendo revertida em grande parte para o exterior, esta não permanecia entre os senhores de engenho ou no fomento do mercado interno. Nesse sentido, Furtado se enquadrava entre aqueles autores classificados como circulacionistas, em que os ciclos econômicos marcariam a dinâmica da economia brasileira, de maneira subordinada à dinâmica econômica internacional. O ciclo açucareiro, enquanto a demanda internacional mantinha-se elevada, sem a abertura de produções concorrentes, gerou grande riqueza para os produtores nacionais; com a reversão do ciclo, inclusive com a disseminação das produções antilhanas, a região produtora entraria numa crise secular. O que os trabalhos posteriores como de Frédéric Mauro e Stuart Schwartz passariam a questionar estava relacionado tanto aos temas da rentabilidade dos engenhos como da dinâmica da renda. Os estudos revisionistas sobre a economia colonial buscariam testar por meio das fontes primárias as hipóteses de Furtado (MATTOSO, 2009 [1998]).

A análise do complexo econômico mineiro de transição do século XVIII para o século XIX pode ser considerada uma das perspectivas mais corretamente contestadas de *Formação econômica do Brasil*. Perseguindo o argumento sobre os limites da construção do mercado interno nacional numa economia periférica e reflexa, Celso Furtado afirmava: “não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas – à exceção de alguma agricultura de subsistência –, era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência” (FURTADO, 2009 [1959], p.146). Para o autor, tal dinâmica de crise do sistema econômico resultando no retorno à subsistência era parte central de sua análise sobre o fluxo de renda da economia colonial, e teria impedido a formação do mercado interno e a construção de um sistema econômico autônomo.

A noção de “regressão econômica” mineira no início do século XIX, consequência do esgotamento das lavras, passou a ser foco de questionamentos na passagem das décadas de 1970 e 1980. Por meio de uma ampla pesquisa documental, a historiografia mineira apresentaria reais argumentos para colocar em questão a noção de regressão econômica, demonstrando como a Província durante o século XIX foi na verdade um espaço de grande atividade econômica. A economia de abastecimento mineira teria permitido que a região fosse, ao contrário do argumento intuitivo de Furtado, uma região importadora de escravos. Assim, no lugar de uma economia voltada para o exterior, Minas Gerais teria se estabelecido como um celeiro, atendendo, em especial, a Corte na cidade do Rio de Janeiro. Nessa linha, os estudos de Alcir Lenhado (1979) e Roberto Borges Martins (1980) podem ser considerados como patronos de uma tradição de estudos que aprofundaria as mais diversas dimensões dessa economia mineira.²⁰

¹⁹ Há um terceiro grande tema em que o revisionismo se valerá das teses de Furtado para encetar suas críticas: o tamanho dos plantéis da economia açucareira. Mas aqui vale dizer que Furtado segue interpretações pretéritas que trataram a grande lavoura como ambiente típico da estrutura escravista da economia colonial. Para a perspectiva revisionista, Furtado opunha a economia escravista açucareira com a economia de subsistência, por exemplo, com a economia criatória no sertão nordestino. Os estudos monográficos, contudo, passariam a mostrar um ambiente social muito mais diverso – em especial durante o século XIX –, em que a escravidão estaria distribuída entre grandes, médias e pequenas produções agrícolas, assim como no meio urbano. Em suma: uma escravidão que transbordava as fronteiras dos engenhos, superando a noção das *plantations* presente nos estudos clássicos como de Caio Prado Jr. e de Gilberto Freyre (VERSIANI, 2009, p.179).

²⁰ Outros autores produziram relevantes trabalhos que seguiram essa tradição, podemos citar: Robert Slenes, Clotilde Paiva, Douglas Libby, Marcelo Magalhães Godoy. São trabalhos que sustentaram profunda documentação primária, por meio de listas nominativas, inventários post-mortem, etc. (PAULA, 2009).

Ao destacar o papel da elite sul-mineira no jogo político e econômico do país, Alcir Lenharo demonstra como essa elite originária da economia de abastecimento estava distante de um ambiente de regressão. Para Lenharo, *Formação econômica do Brasil* reproduzia o esquematismo presente na noção de ciclos econômicos de Roberto Simonsen, e apresentava um conceito de subsistência bastante questionável (LENHARO, 1979, p.27). Roberto Borges Martins, por sua vez, apresentou por meio de densa documentação primária, uma Província economicamente muito mais diversificada, cuja estrutura produtiva teria sido responsável por manter o maior plantel de escravos do período.

Entre os economistas, por sua vez, a temática explorada por *Formação econômica do Brasil* e que possivelmente teve a maior repercussão no debate acadêmico foi aquela que tratava do processo de industrialização do Brasil.²¹ Na Parte 5 do livro, Celso Furtado propõem uma análise a partir da crise da economia cafeeira, percorrendo os resultados provocados pela Grande Depressão e as respostas tomadas pelo governo brasileiro, cujo resultado seria o “deslocamento do centro dinâmico” (FURTADO, 2009 [1959], cap. 30-32). Para o autor, a crise econômica internacional liquidou com a principal fonte de renda nacional, proveniente das exportações de café, comprometendo não somente a capacidade de importação do país, como o próprio crescimento da economia como um todo, dependente da economia exportadora.

A partir desse cenário, o autor explora a história da recuperação econômica brasileira na década de 1930 para reconstruir uma das mais importantes perspectivas sobre os meios para efetivar a industrialização que estavam em disputa na década de 1950. Conforme Furtado, a retomada do crescimento econômico brasileiro depois da quebra da bolsa de Nova Iorque foi anterior ao que ocorreria em outras economias mundiais, resultado de uma “política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer se preconizado em qualquer dos países industrializados” (FURTADO, 2009 [1959], p.276). A política de defesa do café, com a queima de estoques permitiu a manutenção da renda do principal setor econômico do país, não obstante a crise internacional. Associada a “política anticíclica”, a desvalorização da moeda nacional teria criado condições ideais para que a demanda nacional fosse atendida pelo mercado interno, estimulando assim produtores e a indústria nacional. Na síntese do autor sobre o deslocamento do centro dinâmico: “nos anos 30 o desenvolvimento da economia teve por base o impulso interno e se processou no sentido da substituição de importações por artigos de produção interna” (FURTADO, 2009 [1959], p.302). A história indicava que, contradizendo a posição dominante da teoria econômica, uma política ativa do Estado e a desvalorização da moeda teriam permitido que o país pudesse iniciar uma significativa transformação de sua estrutura econômica, a partir da “progressiva emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno” (FURTADO, 2009 [1959], p.324).

No final da década de 1960, a controvérsia sobre a industrialização teria impulso com um conjunto de artigos produzidos por Carlos Manuel Peláez (1968, 1969 e 1971), cujo foco era, a partir de um detalhamento de dados empíricos, questionar a “teoria dos choques adversos”, cuja formulação teria sido sistematizada por Furtado. Para Peláez, a política de defesa do café, base da política anticíclica como compreendida por Furtado, na realidade era resultado tanto de um relevante empréstimo externo, como também de recursos resultantes de novos impostos sobre a venda de café. Em suma, a economia cafeeira não teria sobrevivido às custas da expansão de crédito do governo, mas tendo o Estado mantido uma política de orçamento equilibrado, seria o setor externo o responsável pela recuperação da economia brasileira.

²¹ Para duas relevantes sínteses do debate sobre a industrialização, sugerimos: Suzigan (1986) e Saes (1989). Aqui também não pretendemos ser exaustivos, mas poderíamos lembrar de outros debates relevantes em que *Formação econômica do Brasil* desempenha papel central, tais como a questão da introdução da mão-de-obra assalariada na economia cafeeira e a temática da questão cambial e a socialização das perdas na Primeira República.

Tais considerações de Peláez pareciam sistematizar as posições sobre a política econômica daquelas últimas décadas: enquanto Furtado sustentava que a industrialização brasileira seria resultado da intervenção do Estado e da crise do setor exportador, Peláez reafirmava o coro neoricardiano, apostando na lei das vantagens comparativas e no papel do setor exportador brasileiro como gerador de renda nacional. Ao longo dos anos 1970 seriam diversos os trabalhos que partiriam dessa polarização para avaliar a política econômica durante a chamada fase da industrialização por substituição de importações, como também para o debate sobre as origens da indústria brasileira. No que diz respeito ao debate específico da política econômica do governo Vargas, um relevante balanço da controvérsia suscitada por Peláez foi apresentado anos mais tarde por Simão Silber (1977); contemporaneamente, outros estudos sobre as origens da indústria na Primeira República trouxeram relevantes contribuições empíricas para o debate.²²

Passadas quase quatro décadas de uma vasta produção gerada a partir do revisionismo de temáticas lançadas por *Formação econômica do Brasil*, ao que parece existe hoje uma tendência de reconhecer a importância da contribuição de Furtado, mesmo questionando aspectos pontuais da obra. Academicamente os questionamentos pontuais sugeriram a necessidade de revisitar temas e problemas da história econômica do Brasil, aprofundando a pesquisa em fontes primárias e reconsiderando algumas das dinâmicas tratadas de maneira mais panorâmica por Furtado. Por outro lado, excluídas as poucas tentativas de síntese que se opunham às teses mais gerais de Furtado, tais como as críticas ao circulacionismo de Caio Prado Jr. e Celso Furtado presentes em obras de autores como Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender ou mesmo na proposição do *arcaísmo como projeto* de Frago e Florentino, a interpretação de Furtado permaneceu com significativa aquiescência acadêmica. Se no campo historiográfico a obra permaneceu como clássico, ponto de partida para tantos estudos, no início do século XXI o vigor de *Formação econômica do Brasil* e de Celso Furtado seria reforçado, muito devido aos novos ventos que sopravam no cenário político.

Ainda em formação? A retomada de *Formação econômica do Brasil*, 1990-2010

Em aula magna ministrada no dia 8 de março de 1993 no Instituto Rio Branco, a academia diplomática brasileira, o então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, retoma o célebre prefácio de Antonio Candido à 7ª edição de *Raízes do Brasil* para repassar a importância de alguns nomes fundamentais da história intelectual brasileira (CARDOSO, 1993). Escrito originalmente em 1967, o texto de Antonio Candido fazia um verdadeiro balanço de época ao evocar a importância que Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. tiveram para os homens de sua geração (CANDIDO, [1967] 2013).

De uma geração posterior, Fernando Henrique Cardoso aproveitou a ocasião para realizar seu próprio balanço do tema. Além de refazer seu trajeto pelos chamados intérpretes do Brasil, Cardoso sugere a inclusão de um quarto nome à tríade original, justamente o de Celso Furtado. Na aula magna em questão, o sociólogo vai pouco além dessa afirmação e não desenvolve sua relação com a obra de Furtado. Contudo, a intervenção parece evocar um texto escrito alguns anos antes por Cardoso, mais precisamente em 1978, quando assina uma breve resenha sobre *Formação econômica do Brasil*, publicada em agosto daquele ano, com o título de *O descobrimento da economia*, na revista *Senhor Vogue* (CARDOSO, 2013).

No texto, Fernando Henrique reconhece a grande influência de Freyre, Buarque e Prado Jr. entre os que, como ele, começaram a vida intelectual em meados dos anos 1960, mas afirma que

²² Para o debate sobre as origens da indústria, Warren Dean pode ser considerado um herdeiro da posição da industrialização liderada pelas exportações, enquanto Albert Fishlow, João Manuel Cardoso de Melo e Wilson Cano são defensores das teses da industrialização induzida pela substituição de importações. A tese de Versiani & Versiani, ao abordar a dinâmica de ciclos de investimento e ciclos de expansão da produção, pode ser compreendida como uma síntese do debate (SAES, 1989).

nesses casos, “sua descoberta intelectual fundamental se deu com Celso Furtado” (CARDOSO, 2013, p. 172). Foram as páginas de Furtado que introduziram para um público mais amplo o vocabulário próprio da economia do desenvolvimento e que fizeram “brotar em nós a paixão pela economia”, afirmava Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO, 2013).

Ocorre que a sorte de *Formação econômica do Brasil* mudaria nos anos seguintes, já entrando na década de 1980, assim como a experiência das gerações posteriores com a obra. Se nos anos 1950 e 1960 era difícil resistir à força arrebatadora do livro; nos anos seguintes a obra conservou sua influência, mesmo que em sentido negativo, isso é, fornecendo uma agenda de trabalho e questionamento para os historiadores e acadêmicos profissionais; escrevendo sobre o pensamento de Celso Furtado em 1986, era clara a orientação defensiva de Chico de Oliveira, que se ressentia do fato de que nas faculdades de economia, o livro de Furtado figurava então somente nos cursos de história econômica, “como algo que já foi e que se estuda como um movimento do passado” e não propriamente como um desafio teórico, ou fonte de inspiração para atacar os problemas do presente (OLIVEIRA, 2003, p. 53).

Evidentemente que a conjuntura de inflação, de dívida externa e crise econômica do Estado, colocavam uma situação econômica de urgência em que uma obra que se propunha a pensar o planejamento econômico, por meio do Estado, já parecia não atender mais às demandas contemporâneas. Ao mesmo tempo, uma obra que cronologicamente alcançava a análise do pós-Segunda Guerra Mundial, se na década de 1960 já parecia ter sido superada para o debate de economia brasileira pelas próprias contribuições seguintes de Furtado, acabaria naturalmente se restringindo mais como um objeto de análise histórica.

Para Chico de Oliveira, não obstante, no tom contundente que lhe é característico, o problema tinha a ver com “a praga dos Ph.D. de Chicago” (OLIVEIRA, 2003, p. 53), que teria se implantado no Brasil “sob a égide do ministro Delfim Netto”. Vai na mesma linha o depoimento do economista Alexandre de Freitas Barbosa, cujo contato com *Formação econômica do Brasil* se deu durante os anos do governo Collor: “os que se salvaram de minha geração de economistas foram apenas os amadurecidos pela leitura de Furtado” (BARBOSA, 2010, p. 146).

Sabe-se que muitas vezes, de maneira justa ou não, a sorte de uma obra está ligada à trajetória pública de seu autor. Ocorre que a época em questão era de grande prestígio para Furtado. Nos primeiros anos da redemocratização, o economista retorna para o Brasil, onde irá se tornar Ministro da Cultura em 1985. Impossível não observar que o novo cargo ao mesmo tempo em que atesta a amplitude do pensamento furtadiano, que agora se estendia para a filosofia e para a reflexão cultural, parece evidenciar certa perda de influência no terreno econômico (SINGER, 1988; BRANDÃO, 2010). Afinal, corriam no Brasil os anos daquela que viria a ficar conhecida como a década perdida, marcada pelas várias tentativas infrutíferas de superação do problema da hiperinflação. Mesma época em que o mais prestigiado economista brasileiro, sempre louvado pela dimensão prática e política de suas obras, agora se refugiava na reflexão cultural. No que parecia tentar preparar o futuro nacional das próximas décadas, ou mesmo do próximo século, enquanto a realidade imediata era o de um verdadeiro esgarçamento do tecido econômico nacional. Não deixa de ser verdade, no entanto, que o próprio país parecia ter abdicado da possibilidade de discutir novos rumos para o desenvolvimento.

Em termos mais amplos, a sucessão de intervenções públicas em que Chico de Oliveira fala sobre Celso Furtado nos anos 1990, dá boa amostra do período de baixa pelo qual passaria o legado furtadiano naquela década, com consequências sobre como *Formação econômica do Brasil* era então difundido. Em 1994, em introdução à obra sobre o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado por Furtado na década de 1960, Chico lamenta a triste sorte da região Nordeste, em que as políticas de desenvolvimento de Furtado não tiveram a oportunidade de frutificar (OLIVEIRA, 2003, p. 55). Parecido é o teor de suas intervenções alguns anos depois em seminário sobre a Sudene e o futuro do nordeste (OLIVEIRA, 2003, p.

103-107) e em seminário organizado pela Fundação Perseu Abramo para tratar do pensamento de Furtado (OLIVEIRA, 2003, p. 109-115).²³

O cenário começa a mudar já nos anos seguintes. Dois fatores parecem recolocar Celso Furtado como um autor de grande interesse não somente para a academia, mas para o debate público. De um lado, uma sequência de efemérides recolocaria as teses e obras de Furtado em evidência, por outro lado, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e a emergência de um governo de esquerda no país, levaria para setores estratégicos da administração federal alguns herdeiros intelectuais de Celso Furtado.

No que diz respeito às efemérides, em 2001, é lançada a abrangente obra em homenagem aos 80 anos de nascimento do nascimento de Furtado (BRESSER-PEREIRA e REGO, 2001). Em 2003, Celso Furtado se torna o primeiro, até hoje único, economista brasileiro indicado ao prêmio Nobel de economia. No ano seguinte, após seu falecimento, seria criado o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, consequência de uma proposta do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2009, quando da comemoração de dos 50 anos de publicação de *Formação Econômica do Brasil*, livro e autor foram efusivamente celebrados nos mais diversos cantos do país, assim como em outras partes do mundo. Desse ano datam as publicações da edição comemorativa do livro pela editora Companhia das Letras (FURTADO, 2009), o volume de ensaios organizado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ARAÚJO et al. 2009), assim como a edição comemorativa organizada pela Ordem dos Economistas do Brasil (SILVA e GRANZIERA, 2009). Desnecessário dizer que tanto por conta das comemorações como da criação de espaços para o fomento às pesquisas, Celso Furtado se tornou mais do que referência historiográfica por suas obras, mas objeto de estudo em si: de sua interpretação histórica, de sua trajetória política, de suas contribuições à teoria econômica etc.²⁴

Nesse período de fins dos anos 2000, mesmo o debate sobre as possibilidades de “formação” da sociedade brasileira adquire novo vigor. Em texto de abertura a *Pensadores que inventaram o Brasil*, Fernando Henrique Cardoso discorre novamente sobre autores associados à ideia de *formação* como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido e Celso Furtado. O sociólogo e ex-presidente cita o texto *Depois da “formação”* do filósofo Marcos Nobre, como uma periodização da história das ideias “digna de reflexão” (NOBRE, 2012). Em artigo do mesmo ano que sintetiza suas conclusões, Nobre parece acreditar que o paradigma da “formação” estaria agora esgotado, inviabilizado pelo próprio truncamento das possibilidades de construção de um projeto nacional de desenvolvimento na periferia do capitalismo, restando a algumas de suas obras temporãs – como *O Ornitórrinco*, de Chico de Oliveira, a denúncia do padrão brasileiro de modernização que aqui foi se impondo (NOBRE, 2012).

Em outra orientação, Bernardo Ricupero retomou a reflexão sobre a “formação” para sugerir um procedimento de análise atento à forma específica com que cada uma dessas reflexões procurou sintetizar uma experiência de época, procedimento que, segundo o autor, poderia abrir novas possibilidades de análise, para além do já citado *Sentido da Formação* de Paulo Arantes (RICUPERO, 2008).

²³ Fazemos uso do livro “A Navegação venturosa – ensaios sobre Celso Furtado”, que reúne a maior parte dos textos de Francisco de Oliveira sobre a obra de Celso Furtado (OLIVEIRA, 2003).

²⁴ Realizando uma busca no Portal CAPES por teses e dissertações publicadas no catálogo e tendo Celso Furtado como parte do título, verifica-se o crescimento do interesse pelo autor nos últimos anos. Teses e dissertações defendidas nos anos 1990: 6; em 2000-2004: 9; em 2005-2009: 11; em 2010-2014: 20; em 2015-2018: 15. Muitos outros trabalhos, evidentemente, recorrem ao autor para discutir temas clássicos como os debates do subdesenvolvimento, da teoria da dependência, da estagnação, entre outros, mas selecionamos apenas aqueles que explicitamente indicaram o autor no título de seu trabalho. Conferir: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Nesse mesmo período, diferentes projetos políticos e proposições de política econômica passam a reivindicar o legado de Celso Furtado com maior ênfase. A retomada do crescimento econômico, com um discurso pautado na redução da desigualdade social levou governistas e analistas a tentarem retomar o antigo conceito do desenvolvimentismo para caracterizar o novo contexto e o novo projeto de país que procuravam concretizar. Nesse momento em que a controvérsia se instaura na definição sobre a existência de um social desenvolvimentismo ou de um novo desenvolvimentismo, parte da disputa se dava entre tentativas de retomar o pensamento desenvolvimentista clássico para dar conta dos desafios econômicos do presente.²⁵

Em parte, as possibilidades lançadas para um novo projeto desenvolvimentista no século XXI eram mais otimistas que o próprio Celso Furtado no início dos anos 1990, quando escrevia que “o processo de formação de um sistema econômico já não se inscreve naturalmente em nosso sistema nacional” (FURTADO, 1992, p.13). O processo de transformação econômica global não podia ser mais ofuscado, pois a “complexa transição estrutural” pela qual passávamos reduzia ainda mais a capacidade de controlar os processos internos de decisão; por outro lado, os novos desafios relacionados ao bem-estar social, às questões ambientais, exigiriam uma nova concepção do desenvolvimento, o que não parecia estar no horizonte. Vale lembrar que até mesmo no capítulo final de *Formação econômica do Brasil*, as projeções de Furtado eram pouco animadoras. Já no final dos anos 1950, o economista estimava que para uma taxa otimista de crescimento de longo prazo, o Brasil ainda teria uma baixa renda per capita no final do século, o que faria com que o país entrasse no século XXI como uma das grandes áreas do planeta “em que maior é a disparidade entre o grau de desenvolvimento e a constelação de recursos potenciais” (FURTADO, [1959] 2007, p. 335).

A previsão parece ter sido bastante acurada, mas os entraves ao desenvolvimento brasileiro se tornariam ainda piores. Furtado retomaria o tema da *formação* no ano de 1999 em *O longo amanhecer – Reflexões sobre a formação do Brasil* (FURTADO, 1999), que reúne alguns curtos ensaios e intervenções públicas realizados na época. Nesse volume, o breve ensaio sobre a *Formação cultural do Brasil*, recoloca em outra chave as preocupações do economista do final dos anos 1950. Se a questão fundamental é a mesma, isso é, compreender os condicionantes históricos que impedem o desenvolvimento do país e a partir deles procurar alternativas para a formação da nação, o enfoque agora é outro, mais amplo.²⁶

Furtado passa em revista a formação cultural do povo brasileiro, que tem início com a expansão ibérica nas Grandes Navegações, passa pela criação e consolidação de uma sociedade colonial, levada a cabo por grupos mercantis estreitamente associados à coroa e realizada às custas do apresamento e da aculturação das populações indígenas e escravizadas. Perpassa o século XIX, com a independência política e grande modernização dos padrões de consumo, que ainda eram financiados com o escasso excedente acumulado primordialmente com a exportação de produtos primários e pouco desenvolvimento das técnicas produtivas. Chega ao século XX, quando a *modernização dependente* do país acompanhava o processo de industrialização por substituição de importações e toma um desfecho melancólico, quando resta a Furtado reconhecer a prevalência da indústria transnacional cultural como instrumento do processo de modernização dependente, cuja atuação representava mesmo uma “ameaça crescente de descaracterização” da cultura popular.

²⁵ Por volta dos anos 2010 esse debate esteve verdadeiramente aquecido, tendo posições, por exemplo, de Bresser-Pereira em defesa do novo-desenvolvimentismo, e outro lado, de alguns economistas da Unicamp sobre o social-desenvolvimentismo.

²⁶ Furtado já vinha se dedicando ao estudo das relações entre cultura, criatividade e desenvolvimento pelo menos desde 1978 com a publicação de *Criatividade e dependência na civilização Industrial* (FURTADO, 1978), assim como sua posterior participação na Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, criada em 1994 pela UNESCO. Uma seleção da produção de Furtado voltada à reflexão cultural pode ser encontrada em Furtado (2012).

Reconhecendo a tendência de aceleração desse processo, Furtado conclui o texto em tom melancólico. O economista reconhece que a cultura constitui um patrimônio de toda a humanidade, mas questiona a divisão existente entre os povos que a produzem ativamente e outros que seriam relegados a um papel passivo, de consumidores dos bens culturais adquiridos nos mercados externos. Diante do novo desafio, Furtado adapta o problema e o enfoque, aborda o subdesenvolvimento não só como problema econômico, mas também como um obstáculo e desafio à realização das aptidões e do potencial humano. “Ter ou não ter acesso à criatividade, eis a questão” (FURTADO, 1999, p. 67), resume Furtado, autor de *Formação econômica do Brasil* e um dos principais intérpretes de um país cuja construção parece ter sido interrompida.

Referências bibliográficas

- ARANTES, P. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, P.; ARANTES, O. **Sentido da Formação: Três estudos sobre Antonio Candido**, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- BARBOSA, A. D. F. Formação econômica do Brasil, cinquenta anos depois. **Revista IEB**, São Paulo, set/mar 2010. 145-162.
- BIDERMAN, C.; COZAC, L.F.L. e REGO, J.M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, R. Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. **Revista de Economia Política**, 9, n. 4, out/dez 1989.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo ideológico do Desenvolvimentismo**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol 48, n. 2, 2005.
- BRANDÃO, G. M. Celso Furtado: O peregrino da ordem do desenvolvimento. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, Vol. 48, n. 2, set/dez 2010. 231-269.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. **A grande esperança em Celso Furtado: Ensaio em homenagem aos seus 80 anos**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CANABRAVA, Alice. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. **Anais do Seminário de Estudos Brasileiros**. São Paulo: IEB/USP, 1972. v. 2, pp. 4-9.
- CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1967] 2013.
- CARDOSO, F. H. Livros que inventaram o Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, Nº 37, 1993.
- CARDOSO, F. H. O descobrimento da economia. In: CARDOSO, F. H. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 329.
- D'AGUIAR FURTADO, R. F. Apresentação. In: FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil - Edição comemorativa 50 anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DEAN, W. Warren Dean. In: FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa 50 anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. C. Furtado vs Prebisch: a Latin American controversy. **Investigación Económica**, 77, 2018. 74-93.
- FURTADO, C. **Economia Colonial no Brasil nos séculos XVII e SVII**. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, [1948] 2001.

- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.
- FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. **O Longo amanhecer - Reflexões sobre a Formação do Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, C. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto - Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- FURTADO, C. **Anos de formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado**. (org.) Rosa Freire D'Aguiar. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.
- FURTADO, C. **Obra autobiográfica**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GRANZIERA, R. G. Os Estados Unidos na Formação Econômica do Brasil. In: SILVA, F. C. D.; GRANZIERA, R. G. **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.
- LENHARO, A.L. **As tropas da Moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil - 1808-1842**. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- LESTER, A. H. Allen H. In: FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1960].
- LOVE, J. Furtado e o Estruturalismo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- MAURO, F. Frédéric. In: FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa 50 anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1972].
- MARTINS, R. **Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil**. Tese de Doutorado: Varderbilt University, 1980.
- MUELLER, Hans. In: FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil - edição comemorativa 50 anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1963].
- NOBRE, M. Da "Formação" às "redes". Filosofia e cultura depois da modernização. **Cadernos de Filosofia Alemã**, XIX, jan-jun 2012
- NOVAIS, F.A.; SILVA, R.F. (orgs.). **Nova história em perspectiva**. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- OLIVEIRA, F. **A Navegação Venturosa - ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PAULA, J. A. A formação do mercado interna e a superação do subdesenvolvimento em Celso Furtado. SILVA, F. C. D.; GRANZIERA, R. G. **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.
- PELÁEZ, C.M. A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, n. 22, p. 24 e 40, 1968.
- PELÁEZ, C.M. Acerca da política governamental, da Grande Depressão e da industrialização no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 23, n. 3, p. 77-88, 1969.
- PELÁEZ, C.M. As consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889 e 1945. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro: FGV, v. 25, n. 3, jul./set. 1971.
- REGO, J. M. A "angústia da influência" em Smith, Hirschman e Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. **A grande esperança em Celso Furtado: Ensaio em homenagem aos seus 80 anos**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2001.
- RICUPERO, B. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Estudos Avançados**, Vol. 19, n. n. 53, 2005.

- RICUPERO, B. Da formação à forma. Ainda as "ideias fora do lugar". **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, 2008.
- ROMANO, R. Ruggiero Romano. In: FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**: edição comemorativa 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1970].
- SÁ, P. Paulo Sá. In: FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil - edição comemorativa 50 anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959].
- SACHS, I. Ignacy Sachs. In: FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**: edição comemorativa 50 anos. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1967].
- SÁ EARP, F. A grande provocação: notas sobre o impacto de Formação econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- SAES, A. M.; MANZATTO, R. F.; SOUSA, E. S. Ensino e pesquisa em história econômica: perfil docente e das disciplinas de história econômica nos cursos de graduação de economia no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, 18, 2015. 229-263.
- SAES, F.A.M. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 20-39, set./dez. 1989.
- SAES, F.A.M. A historiografia econômica brasileira: dos pioneiros às tendências recentes da pesquisa em história econômica do Brasil. **Revista Territórios e Fronteiras**. Vol.2 (1), 2009, pp.182-204.
- SCHWARCZ, L. M. Sobre as imagens: entre a convenção e a ordem. In: GOMES, L. M. S. E. F. D. S. **Dicionário da escravidão e da liberdade**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SILBER, S. Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929/1939. In: VERSIANI, Flávio R.; BARROS, José Roberto Mendonça de (Org.). **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1977.
- SILVA, R.P. A trajetória de um clássico: Formação econômica do Brasil de Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, 20(2), 2016, pp.443-448.
- SINGER, P. Intelectuais de esquerda no poder. SOLA, L. (org.). **O Estado da Transição: Política e Economia na Nova República**. São Paulo: Vértice, 1988.
- SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SZMRECSÁNYI, T. Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de Celso Furtado. **Estudos Avançados**, São Paulo, 13 (37), 1999.
- SZMRECSÁNYI, T. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 14 (1), p.11-37, janeiro-abril de 2004.
- VERSIANI, F. Trabalho livre, trabalho escravo, trabalho excedente: mão-de-obra na *Formação econômica do Brasil*. In: SILVA, F. C. D.; GRANZIERA, R. G. **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.